



ISSN 1984-5634

ARTIGO

O ROCK FASCISTA E A REPRESENTAÇÃO DE UM BRASIL ANTIDEMOCRÁTICO (1990-2020)¹

Fascist rock and the representation of an antidemocratic Brasil (1990-2020)

PEDRO CARVALHO OLIVEIRA²

RESUMO

O artigo apresenta uma análise das representações sobre a nação brasileira produzidas por bandas de rock fascista, entre os anos de 1990 e 2020. Ao longo destas três décadas, estas músicas têm servido como instrumento de idealização nacional, de difusão de ideias fascistas e de registro das rupturas e continuidades que os fascismos mantêm com o passado. Nosso exame se debruçará sobre letras de músicas produzidas por estas bandas para compreendermos como a representação da nação não apenas é fundamental aos propósitos dos fascismos contemporâneos, mas também para demonstrar como isto resulta em discursos antidemocráticos, fortalecendo instâncias da sociedade descontentes com a democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Rock fascista; Nacionalismo; História e música.

ABSTRACT

The article presents an analysis of the representations of the Brazilian nation produced by fascist rock bands between the years 1990 and 2020. Over the past 30 years, these songs have served as instruments of national idealization, dissemination of fascist ideas, and recording of the ruptures and continuities that fascism maintains with the past. Our examination will focus on lyrics of songs produced by these bands to understand how the representation of the nation is not only fundamental to the purposes of contemporary fascisms but also to demonstrate how this results in antidemocratic discourses, strengthening instances of society discontent with democracy.

KEYWORDS: Fascist rock; Nationalism; History and music.

EDITOR-CHEFE:

Andrei Marcelo da Rosa

EDITORE-GERENTE:

Rame Ferreira

SUBMETIDO: 03/05/2024

ACEITO: 22/07/2024

COMO CITAR:

OLIVEIRA, P. C. O rock fascista e a representação de um Brasil antidemocrático (1990-2020). *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 38, p. 175-190, jan.–jun., 2025.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

1 Este artigo é fragmento de uma vasta pesquisa, desenvolvida ao longo de anos e se soma a outros trabalhos com a mesma temática já publicadas anteriormente pelo autor. O objeto foi foco de sua investigação de iniciação científica e de mestrado, sendo agora examinado sob um novo recorte.

2 Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Vale do São Francisco, *campus* Senhor do Bonfim. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0393-4143>. E-mail: pedro.co@univasf.edu.br.

INTRODUÇÃO

O rock fascista é um subgênero musical utilitário aos esforços de movimentos e indivíduos identificados com os fascismos para idealizar uma nação, comunidade ou subcultura alicerçada nos princípios fascistas. É um lugar dentro do qual seus compositores imaginam a sociedade, sugerem ações para transformá-la e assim alcançarem um estilo de vida dentro do qual seus inimigos não existam. Por fim, é um instrumento de difusão do comportamento político fascista, intencionando a adesão de novos simpatizantes e a disseminação do terror. Neste sentido, o rock fascista é uma forma de representar na contemporaneidade o desejo de seus simpatizantes em transformar a realidade em que vivem. Por evidenciar as singularidades dos fascismos em nosso tempo, permitindo-nos identificar rupturas e continuidades com os fascismos da primeira metade do século XX, é também um registro documental histórico.

Este tipo de música possui uma sonoridade heterogênea, indo desde apropriações do punk rock/hardcore até o heavy e o black metal. Portanto, dentro dele há ramificações diversas acompanhadas de uma multiplicidade de ritmos e sonoridades. Muitas vezes, a orientação fascista das bandas condiciona as melodias: se mais políticas, preferem um som cujos acordes são tocados com mais rapidez, com distorções pesadas e músicas de curta duração; se mais inclinadas ao ideário esotérico ou místico do nazismo, optam por músicas mais longas, complexas e com instrumental límpido. O que as une é a afinidade com ideias fascistas.

No Brasil, o rock fascista chega em meados dos anos 1980 acompanhando a consolidação de grupos *skinheads* como os Carecas do Subúrbio e os Carecas do ABC, em São Paulo (COSTA, 2000). Naquele contexto, os “carecas” que recebiam informações sobre a subcultura operária britânica – surgida nos anos 1960 – sofriam de imediato a influência da união entre *skinheads* e a extrema-direita europeia. Esse processo foi causado pela crise do capitalismo ocidental, agudizada pela agrura do setor petrolífero que havia colocado em xeque a capacidade administrativa dos democratas liberais e ouriçado a esquerda socialista (HOBBSAWM, 1995). Com isso, partidos de extrema-direita como o *British National Party* e o *National Front* se aproximaram da classe operária, da qual os *skinheads* eram oriundos, apresentando o que pareciam ser soluções simples para seus complexos problemas.

Para aqueles partidos – e, conseqüentemente, para os muitos *skinheads* que aceitaram este discurso e marcharam ao lado da extrema-direita –, era necessário erradicar do jogo político os democratas liberais e a esquerda. Também era necessário varrer pautas como a defesa de imigrantes pobres, a crítica à Guerra das Malvinas, o racismo, entre outras. Mais importante para representantes como Joseph Tyndall, líder do *British National Party*, era recuperar a ancestralidade cultural britânica branca e instigar o nacionalismo por meio de um Estado forte e autoritário (COPSEY, 2004). Estes discursos tiveram significativo apelo em uma classe social desvalidada em meio à crise, que agora vinha sendo atraída para o centro do debate político.

Quando isto chegou ao Brasil, vivíamos o final da ditadura militar e uma lenta transição à democracia após 21 anos de autoritarismo. Ainda sofriamos as conseqüências de uma inflação descontrolada e herdávamos estruturas opressivas constituídas na era militar. Em um contexto de transição, a direita liberal – em sua circunstância tipicamente brasileira – canalizava os interesses da maior parte do

espectro político avesso à esquerda, que se via diante da descrença internacional frente ao colapso do mundo soviético. Contudo, a extrema-direita fascista, representada ou não pelo integralismo em suas novas versões, não desapareceu (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

Desde o final dos anos 1980, o rock fascista brasileiro idealiza e representa o país e sua história de um ponto de vista específico. Ora resgatando um passado idílico, que deveria servir como referência para o presente; ora recusando a identidade brasileira para acionar referenciais tipicamente europeus, as formas de ver e imaginar o Brasil seguiu caminhos diversos dentro do rock fascista. Nossa proposta é uma análise sobre os tipos de representação de um ideal de nação. Neste sentido, poderemos verificar os meandros dos fascismos na contemporaneidade e as particularidades geradas pelo contexto brasileiro no recorte temporal por nós definido.

O Brasil vive, desde então, a experiência democrática mais longa de sua história, iniciada após anos de ditadura. O contexto tracejado por esses 36 anos é o de disputas pelo espírito democrático nacional, o que colocou em lados opostos agendas mais ou menos progressistas, embora relativamente comprometidas com a democracia. Uma vez que democracia é um conceito cujas bases de sustentação pressupõem a participação ativa dos cidadãos, na construção das diretrizes sociais, é na elaboração de discursos sobre quem é ou não cidadão que podemos observar os antagonismos em conflito. Contudo, no fascismo – e no caso brasileiro não é diferente –, os cidadãos são exclusivamente os sujeitos que compactuam com uma mesma visão de como o mundo deve ser, relegando aos “outros” uma violência que ora visa a homogeneização, ora o expurgo (PAXTON, 2007).

Nosso foco será na representação que bandas do referido gênero musical fazem da nação brasileira ou da nação brasileira ideal. Os discursos musicais, como veremos, transitam entre uma representação da nação como decadente, grandiosa ou com potencial para crescer, contanto que fundamentada em princípios fascistas. Assim, nossa proposta é observar como o nacionalismo, sentimento essencial para os fascismos, se desenvolveu no Brasil ao longo do tempo, observando o rock fascista como fio condutor para esta investigação.

Uma vez que o referido subgênero musical faz apologia a um comportamento extremista, a circulação do material produzido pelas bandas era restrita e, conseqüentemente, a disponibilidade de materiais que nos permitam conhecer melhor seus músicos, compositores e produtores é bastante reduzida. Portanto, não é possível traçarmos perfis sobre os integrantes dos grupos ou evidenciarmos detalhes sobre suas visões de mundo que escapem ao que dizem nas letras de suas músicas. Para realizarmos este exame, nos deteremos às letras de músicas compostas por oito bandas brasileiras de rock fascista entre o final dos anos 1990 – quando o gênero ganha força, impulsionado pelo crescimento dos meios para produzir materiais independentes – e meados dos anos 2020 – quando o contexto social e político brasileiro passa por agudas transformações.

Nosso foco serão as letras compostas pelas bandas Anti Narcose, Bandeira de Combate, Brigada NS, Comando Blindado, Confronto 72, Defesa Armada, Locomotiva e Zurzir. As bandas são originárias de diferentes partes do Brasil: São Paulo, Rio Grande do Sul, Curitiba e Bahia e lançaram seu material ao longo do recorte temporal por nós definido. Antes de partirmos à averiguação dos discursos musicais, realizaremos um breve debate sobre a representação musical e sua relevância enquanto instrumento de pesquisa para a História do Tempo Presente.

“UM PASSADO QUE NÃO PASSA”: A MÚSICA COMO REPRESENTAÇÃO E RESGATE DOS TRAUMAS DO SÉCULO XX

A História do Tempo Presente é uma área do conhecimento histórico que se preocupa com a presença dos traumas coletivos relegados a nós pelo século XX. Ela surge para atender a uma demanda: a necessidade pública dos europeus por compreensão sobre o que teria levado a humanidade a uma guerra sem precedentes, bem como ao assassinato sistemático de pessoas em campos de extermínio. A banalização da violência e da desumanização dos sujeitos, sob a égide do nacionalismo, precisava ser explicada e sua origem necessitava ser evidente, a fim de que se criassem instrumentos necessários para combater o que havia restado daquilo (ROUSSO, 2016).

Para os franceses, fundadores deste campo, havia também que ser explicada uma situação incômoda: como e por que a França foi ocupada por tanto tempo pelos nazistas, sem uma resistência social maior? Qual havia sido a parcela de responsabilidade dos franceses na perseguição aos inimigos do nazismo dentro da França? O tema, sensível por natureza, se somava a outras tendências da época como o engajamento na dissecação do processo colonizador que submeteu os continentes africano e asiático a um longo e violento domínio europeu. A sensibilidade que os temas despertavam na sociedade – que se via diante de um espelho no qual era possível enxergar seu papel em processos históricos traumáticos – é característica intrínseca aos objetos de estudo da História do Tempo Presente (BÉDARIDA, 2006).

Portanto, em acordo com François Dosse (2012), a História do Tempo Presente é um setor da história que busca conhecer um passado que não passa, que de alguma forma permaneceu vivo no imaginário e na memória coletiva das pessoas, seja pela ausência de um acerto de contas com o passado traumático, seja pelo impacto decisivo que ele teve na vida das pessoas. Neste sentido, a busca pela presença deste passado é, também, uma forma de lidar com o trauma. Com isso, o historiador desta área está engajado numa intervenção analítica, por meio da qual busca aprimorar as relações no presente visando um futuro menos conturbado.

A ascensão e a escalada dos fascismos ao poder na Europa, bem como outros movimentos de massa fascistas pelo mundo, se tornaram temas recorrentes para a História do Tempo Presente. É o conhecimento sobre a presença dos fascismos em nosso tempo, mantendo uma relação de ruptura e continuidade com o passado, que nós buscamos aqui. Este passado que permanece vivo por vezes soa como uma repetição, mas é bem sabido que a história não permite isto: tudo que soa como repetição é um problema mal resolvido. Muitos viveram sob os fascismos e absorveram seus princípios, transmitindo-os para gerações seguintes. É este processo que permite a longevidade dos testemunhos e das experiências no passado (FRANK, 1999).

A transmissão do passado para o presente é um exercício que, em primeiro lugar, evidencia como Bédarida (2006) estava correto ao afirmar que o passado nunca está morto e enterrado, sobretudo quando ele é recente; em segundo lugar, nos mostra a importância das representações sobre este passado em diferentes formas. Seja por meio do testemunho, seja por meio de outros artifícios, as impressões sobre o passado atravessam o tempo e, por mais que se transformem para caber em novos contextos, permanecem. O propósito de representar uma experiência para perpetuá-la é, evidentemente, intencional. No caso dos fascismos, eles foram, para muitas pessoas, a melhor invenção do século XX.

Não é possível crer que tantos súditos dos fascismos tenham deixado de segui-lo simplesmente porque as ditaduras fascistas deixaram de existir.

Devemos, neste ponto, destacar que desde o fim da Segunda Guerra Mundial – quando ruíram os regimes fascista italiano e nazista alemão – as políticas de justiça contra os crimes perpetrados naquelas ditaduras (e ao longo da guerra, em outros territórios) foram alvo de muitas disputas. Enquanto a esquerda revolucionária buscava a punição sumária dos fascistas e colaboradores, as alas “moderadas” e de direita europeias entendiam que ceder a isto era o mesmo que se igualar aos algozes. Portanto, a punição irrestrita aos crimes fascistas foram, durante algum tempo, pauta da esquerda revolucionária cujos princípios eram solidamente mal quistos pelas elites do continente. Além disso, Espanha e Portugal, que viviam ditaduras de orientação fascista, sobreviveram por muito mais tempo e mesmo após o fim delas, a transição foi mediada para que a esquerda revolucionária não ganhasse capital político com o dismantelar das estruturas fascistas. Com isso, as transições foram em larga medida negociadas e em muitos casos não houve um combate homogêneo à continuidade dos fascismos (RAIMUNDO, 2013).

Não podemos negar que principalmente na Alemanha o combate ao nazismo por meio do estímulo a uma memória crítica sobre aquele passado se tornou política de Estado. Porém, mesmo estas formas de luta por justiça possuem seus limites. O Brasil, por sua vez, nunca possuiu um processo formal de combate à mentalidade integralista, mesmo que a Ação Integralista Brasileira tenha sido o maior movimento de massas fascista fora da Europa nos anos 1930. Ao contrário, muitos de seus mais importantes membros compuseram setores do aparato militar nos anos 1960 e 70, inclusive aqueles voltados à educação (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020). Em relação aos generais que governaram o Brasil, também não houveram sólidas políticas de combate a uma memória laudatória: ruas, praças e escolas seguem batizadas com nomes de ditadores. Desta forma, que tipo de memória teremos sobre esse passado traumático?

Os lugares de memória são, à sua forma, representações discursivas cheias de intenções sobre a perpetuação do passado para que ele tenha uma imagem e não outra. É sobre estas representações que os profissionais da história devem intervir no sentido de constituir uma outra, que dê um sentido por vezes oposto ao intencionado pelos sujeitos que discursam sobre o passado. A análise crítica do objeto e dos documentos nos servem para uma investigação cujo desfecho deve, também, converter-se em representação. Uma representação daquilo que não se vê ou do que não se pôde ver, como é o caso dos processos ocorridos no passado.

Esta representação, na forma de um relato analítico, deve fornecer explicação sobre o funcionamento da vida humana em coletivo e também respostas a perguntas previamente estabelecidas. A narração, na forma de uma representação, deve explicar: é para isto que unimos evidências sobre um determinado processo sobre o qual se queira saber mais (RICOEUR, 1984). Por meio desta representação, acurada e fundamentada em instrumentos rigorosamente comprometidos com uma área do saber científico, a seu modo (PROST, 2012), a história desfaz representações que por vezes influenciam o comportamento coletivo. No caso dos fascismos, esta influência compromete a existência do substrato da história, como sublinhou Marc Bloch (2001): a humanidade.

REPRESENTAÇÕES FASCISTAS SOBRE O BRASIL: A MÚSICA COMO MEIO DE IDEALIZAÇÃO SOCIAL

Em seu estudo sobre as fontes do presente, Robert Frank (1999) argumenta que o passado chega ao presente sob a forma de representações discursivas: depoimentos, lugares de memória, biografias, entre outras. São, portanto, o ponto de partida para o estudo da história que deve incidir diretamente sobre o que nesses discursos pode ser útil para uma representação analítica. Se, para o referido autor, as testemunhas são fontes presentes – ou seja, aquelas que carregam impressões de um passado vivido com elas –, há também as fontes típicas de um presente afastado da história tradicional, dentro da qual apenas os chamados “documentos oficiais” possuíam espaço legítimo como fonte histórica.

A música é, certamente, uma destas fontes do presente. Como meio de expressão artística, representa, de diversas formas, visões sobre o mundo que circunda os compositores. Não fosse assim, por que a música de protesto social ganhou forma justamente nos anos 1960, quando o Ocidente vivia a efervescência de movimentos críticos à ordem social burguesa, que submetia classes sociais a longevas restrições domésticas e subjugava países africanos e asiáticos desde o século XIX? Por sintetizar o *zeitgeist* de uma época, ou de um determinado contexto nacional e social, a música é uma forma de representar a realidade – seja esta forma mais direta ou mais subliminar (NAPOLITANO, 2012).

O rock fascista não escapa a isto, embora possamos contestar o seu *status* artístico. O gênero em questão representa sínteses de mundos desejados, comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008); estimula ideias e atitudes extremistas caracterizadas por uma crença nacionalistas e por vezes racista, sendo governado pela ideia de que uma afiliação étnica com uma nação ou raça determinam o valor de um ser humano (PIEROBON, 2012). Por meio deste tipo de música, os sonhos e visões centrais às ideologias fascistas são vislumbradas e submetidas a diferentes contextos. A música também converge sentimentos e promove uma atmosfera socializante, emocional, quando compartilhada entre pares. Ela contribui para um sentimento de solidariedade e pertencimento aos membros desses grupos restritos (LAGERLÖF, 2012). Estabelecendo isso, a música incentiva e busca legitimar ações violentas motivadas pelo ódio contra os inimigos decretados por seus compositores. Estes inimigos são expostos como inimigos da ordem nacionalista, da “comunidade imaginada” (no caso dos fascismos típicos), do *Reich* (no caso do nazismo) ou da “nação integral” (no caso do integralismo).

Embora circule em um espaço abrangente – especialmente a internet –, o rock fascista é pouco conhecido fora de seus círculos e de uma cena musical precária e amadora. Suas limitações, contudo, não devem ser vistas como um impedimento à sua circulação. O que temos de registro sobre isso (OLIVEIRA, 2018) explicita uma recorrência maior do consumo do rock fascista em momentos de alta participação da extrema-direita nas instâncias formais de poder ou conquistando espaços na sociedade, como é o caso do Reino Unido dos anos 1980. Desde o surgimento do subgênero, o Brasil viveu o fim da ditadura e um momento de entusiasmo pela experiência democrática. Só mais recentemente o país teve, após muito tempo, a extrema-direita ocupando lugares centrais de poder.

UM NACIONALISMO SINGULAR: AS REPRESENTAÇÕES DE NAÇÃO IDEAL NO ROCK FASCISTA

Em 1995, a banda Defesa Armada lançou seu primeiro disco. Intitulado “São Paulo Paulista”, ele tem sua capa ilustrada por uma fotografia do Monumento aos Bandeirantes, abaixo dos quais estão dois homens segurando a bandeira do estado. O monumento é muitas vezes acionado como referência para a identidade paulista, apesar de seus problemas: representa os pioneiros, desbravadores, mas também escravocratas e violentos dizimadores de indígenas. A música “Inimigos da pátria” é a quarta faixa do disco, na qual a banda canta: “Tivemos pena daquele povo que sofria/Vocês vieram invadindo o terminal do Tietê/Querendo impor suas maneiras e costumes/Aniquilando nossa segurança social”. (DEFESA ARMADA, 1995).

Desde décadas anteriores, o terminal do Tietê, em São Paulo, se tornou um símbolo da imigração – especialmente nordestina – na capital paulista. A banda faz referência a aquele “povo que sofria” como invasores, que desejavam impor suas maneiras ao não abrir mão de seus costumes em um novo território. Com isso, estariam aniquilando a “segurança social”. Mantenham esta constatação em mente, pois ela será de grande importância para a análise que faremos a seguir.

A banda Locomotiva, também de São Paulo, é constantemente creditada como uma das primeiras bandas de relevância para o rock fascista brasileiro (ALMEIDA, 2011). Entre cassetes, *splits* e CDs completos, a banda lançou materiais entre 1997 e 2018. No disco “Cavaleiro Branco”, de 2004, cuja capa traz a ilustração de um membro da Ku Klux Klan agredindo um homem negro com traços estereotipados, está a música “Sangue e raça”: “Sangue e raça, querida São Paulo/Honro minha estirpe, a estirpe branca/Do sangue nobre, justo e glorioso/Glorioso, valioso como a Hakenkreuz/Poder, autoridade e determinação/Pilares de uma forte e grande nação” (LOCOMOTIVA, 2004).

Embora a Locomotiva apele a um racismo mais declarado e a uma afiliação evidente com o nazismo (*Hakenkreuz* significa exatamente “suástica”, em alemão), as duas bandas se aproximam de um discurso parecido: a ideia de que São Paulo é uma região do território brasileiro dotado de singularidades, lidas pelas bandas como suficientes para ser apresentado como espécie de nação independente. Notem que a Defesa Armada se refere aos imigrantes como “inimigos da pátria”, enquanto a Locomotiva se refere aos “pilares de uma forte e grande nação”, embora não se refira ao Brasil. Assim como os fascismos do passado, os novos criam inimigos sociais que mesmo tendo uma mesma origem, a xenofobia, são particularizados pelos contextos locais. Portanto, os inimigos dos fascismos mudam conforme o tempo, bem como a interpretação sobre a nação. Lembremos que “os fascistas americanos demonizaram os negros e, algumas vezes, os católicos, além dos judeus. Os fascistas italianos demonizaram seus vizinhos eslavos do Sul, especialmente os eslovenos” (PAXTON, 2007, p. 72), e assim por diante.

Estes discursos, portanto, representam uma concepção de nação distorcida. A redução da escala da nação segue a lógica do chamado nacionalismo territorial, ou étnico, o que acontece quando “grupos que rejeitam o atual conceito jacobino de Estado-nação” o modificam e “atribuem essa categoria à comunidade orgânica de idêntica etnia, cultura ou língua” (FLORENTINI, 1994 *apud* BARBOSA, 2015, p. 232). Com isso, o imigrante é interpretado como tipo social distante, estigmatizado por discursos xenófobos pelos estabelecidos em uma comunidade que se constrói historicamente de uma determinada forma. Contudo, a rejeição do conceito tradicional de Estado-nação não implica na existência de xenofobia com os sujeitos não integrados a tal “nação territorial” ou étnica.

Devemos pontuar uma importante diferença entre grupos fascistas e povos e comunidades que, submetidas a processos de colonização, reivindicam uma nacionalidade própria, cujas identidades sofreram a intervenção dos colonizadores. É o caso das comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo. Não há entre estes grupos a mesma xenofobia que encontramos entre os fascistas, para os quais a nação constitui quase sempre uma estrutura que garanta uma ordem social na qual a branquitude seja privilegiada.

Os nordestinos foram os alvos preferidos dos discursos fascistas do final do século XX. A banda Brigada NS, também de São Paulo, explicita isso na música “Migração”, que compõe o álbum “O Retorno da Velha Ordem”, em cuja capa aparece um guerreiro ariano sob uma suástica: “Dia após dia, migrando do Nordeste/Centenas de imundos que são uma grande peste”. Desde o alvorecer do século XX, teóricos e ideólogos paulistas como Oliveira Vianna e Dionísio Cerqueira fundamentaram um discurso sobre o Nordeste e os nordestinos que se enraizou historicamente no Sudeste. Neste discurso, os nordestinos são apresentados como resultado de uma intensa miscigenação, enquanto os paulistas teriam uma homogeneidade e uma ancestralidade maior com os europeus (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999). A música diz ainda: “Nossa histórica cultura está sendo esquecida/Nosso povo se mistura com essa espécie apodrecida” (BRIGADA NS, 2001).

No Brasil, os fascismos coexistem em sua diversidade historicamente. Se, por um lado, a Ação Integralista Brasileira (AIB) – fosse nos anos 1930 e após o fim da ditadura militar (momento da retomada do movimento) – pensava o Estado integral buscando vencer as contradições de raça (embora a própria organização fosse hierarquizada, mantendo os brancos na liderança), por outro, partidos e movimentos nazistas – nos quais prevalecia o discurso de supremacia racial branca, se fizeram presentes no país desde os anos 1930 (CRUZ, 2012). Por mais incoerente que pareça a adesão ao nazismo em um país racialmente heterogêneo como o Brasil, não devemos buscar coerência nos fascismos. Isto não impede sua ação violenta e racista.

Em outra música do mesmo álbum, intitulada “Negro”, a banda canta: “Negro, negro, vê se te manca/Cai fora do meu país levando junto seu samba/Negro, negro, sai da minha nação/Para baixar o índice de ladrão” (BRIGADA NS, 2001). Não bastasse a banda associar a criminalidade às pessoas negras³, os compositores sugerem que os negros devem deixar a nação. Neste sentido, não é equívoco interpretar qual é a nação idealizada por estes sujeitos: uma nação branca, representada como próxima daquela preconizada pelo nazismo. A sigla “NS” que batiza a banda se refere a nacional-socialismo, uma das alcunhas do nazismo. Embora na Alemanha durante o Terceiro Reich o ódio aos negros não fosse tão intenso quanto o direcionado aos judeus, no Brasil esse discurso racista é adaptado a um contexto em que a presença de uma população negra é significativa.

Este discurso atravessa o tempo. Percebemos isso ao nos atentarmos à letra da música “Anti-antifa do Brasil”, do grupo Confronto 72, lançada em 2013: “Somos anti-antifa, esta corja de idiotas/Se eles querem nos enfrentar, os esmagaremos com nossas botas/Nos chamam de nazistas, nos chamam de racistas/Por ostentarmos o estandarte nacionalista”. Um pouco mais adiante, encerram dizendo:

3 Desde o pós-abolição, houve um esforço para adotar diversas estratégias para a criminalização da população negra, uma vez que a oficialidade da escravidão havia se encerrado. A proibição das religiões de matriz africana, do samba e da capoeira são alguns exemplos. Isso contribuiu para a construção de um estigma que ainda hoje recai sobre as pessoas negras e que é decisivo para o comportamento das forças policiais, cujas abordagens costumam visar prioritariamente pessoas negras.

“Somos guerreiros nacionalistas prontos para lhes confrontar/Degenerados sexuais, drogados, anarquistas e comunistas/Vermes acéfalos, combustível da máquina sionista/Antifa, por vocês temos uma aversão viril/Nossa postura é Integralista” (CONFRONTO 72, 2013).

Notemos o ideal de nação representado pela música: um lugar do qual estejam ausentes sujeitos considerados moralmente questionáveis e inimigos políticos, sobre os quais a banda sugere que deve recair uma pesada violência. O grupo recusa a classificação fascista, mas se declara anti-antifa, ou anti-fascista; portanto, avesso aos que são críticos do fascismo. A contradição segue quando a banda se autointitula integralista – visão de mundo que, sabemos, devido a exaustivos exames, é a versão brasileira do fascismo italiano surgida nos anos 1930 (BERTONHA, 2014).

Além da histórica influência do integralismo, os *skinheads* nacionalistas de extrema-direita brasileiros que ora flertavam com os fascismos, ora buscavam se distanciar dele, eram também marcados pela situação do país na época em que surgiram – o que pode também ter desenhado uma forma específica de ser *skinhead* no Brasil. Sublinhamos que

diante da crise econômica da década de 1980, responsável por afetar o mercado de trabalho da região onde atuavam os “Carecas do Subúrbio”, eles se propagaram com a afirmação de uma identidade baseada nos pressupostos ideológicos de um “nacionalismo proletário”, em repúdio às transformações oriundas das políticas neoliberais do período (BARBOSA, 2015, p. 84).

Outra vez, a força do contexto influencia o objeto em questão. E no caso específico do Brasil devemos lembrar que, além das estruturas de poder internas, há que se considerar a interferência de forças externas no país – o que resultou em interferências evidentes no modo de ser dos *skinheads* fascistas brasileiros. No caso da situação interna, estes sujeitos entendem que “a ideia de que, apesar dos trabalhadores serem aqueles que produzem a riqueza” acabam sendo “roubados pelos capitalistas, que só querem enriquecer e dilapidar a nação” (COSTA, 2000, p. 146). Isso os torna próximos do chamado “elitismo popular” (ECO, 2018) típico dos fascismos, ao mesmo tempo em que reforça o tradicional antiliberalismo fascista. Por outro lado, o nacionalismo fascista brasileiro observa de forma crítica os efeitos do comportamento imperialista de países como os Estados Unidos sobre o Brasil.

No álbum “Questão de Honra”, de 2001, a banda “Bandeira de Combate” (Bahia) lança a música “Tio Sam”, na qual canta: “A águia americana quer pôr suas garras sobre a nossa bandeira/Expulsem tio Sam, ele quer pôr suas mãos em nossas riquezas/Por isso aponta para nós sua pistola da ganância/Com um tiro fatal ele irá ferir o orgulho nacional”. Mais adiante, a banda encerra a estrofe cantando: “USA, um monstro capitalista/Quer encher seus bolsos às custas de nossos esforços” (BANDEIRA DE COMBATE, 2001). O discurso chauvinista é comum aos fascistas, e neste caso o imperialismo estadunidense é atacado por impedir o crescimento e autonomia nacional brasileira. Além disso, a música expressa o anticapitalismo da banda, o que não era uma norma para os chamados fascismos clássicos. Devemos lembrar que sem o apoio do alto empresariado capitalista de seus países, Mussolini e Hitler jamais teriam sido alçados ao poder (PAXTON, 2007). Embora o liberalismo fosse criticado pelos movimentos fascistas, esta crítica era inócua.

Podemos auferir algumas conclusões sobre o que foi exposto e analisado. Em primeiro lugar, cabe ressaltar a heterogeneidade dos fascismos brasileiros e, conseqüentemente, de suas concepções de nação ideal. Enquanto alguns discursos optam por uma representação nacionalista com base em

elementos raciais, outras preferem se afastar disto. Devemos lembrar que, ao menos até o final dos anos 1930, o racismo não era central para o fascismo (KONDER, 2009). Em segundo lugar, podemos observar também como o conceito do que é a nação parece transitório: ora percebe o Brasil como um todo, ora define algumas regiões como padrão nacional, sendo estas regiões vistas como mais etnicamente homogêneas. Por fim, a análise ressalta como a nação é representada como algo a ser: está longe do ideal fascista, segundo os compositores; apesar disso, é amada e pode ser transformada.

UM NACIONALISMO EXCLUDENTE: O ÓDIO AO “OUTRO” E A REPRESENTAÇÃO DA NAÇÃO HOMOGÊNEA

Se os fascistas creem na transformação nacional em um tipo ideal, esta crença motiva certas ações dos sujeitos na busca por este fim. O processo de reposição do nacionalismo fascista em direção ao Brasil esbarra em uma variedade étnica, cultural e linguística que faz parte das origens do país, o que compromete uma prática fundamental aos fascismos: a busca por um passado idílico homogeneizador (KONDER, 2009), especialmente no caso dos nazistas que, no máximo, encontram na influência portuguesa ou por vezes alemã e italiana um vínculo étnico com a Europa. Portanto, no Brasil ser nacionalista não significa necessariamente ser racista – algo mais comum aos nacionalistas europeus (SOARES DO BEM, 2005). Embora isto não impeça a existência de nazistas brasileiros, esta característica dos fascismos em nosso território precisa ser ressaltada, uma vez que ela resulta de uma adaptação desta visão de mundo a um contexto específico.

Seja racista ou não, os fascismos brasileiros seguem a linha dos fascismos em qualquer época: o ódio ao “outro” como discurso nacionalista. Assim, “seja nação, província ou cidade, seja região, classe ou cultura – quanto maior o amor por si mesmo, maior o direito de odiar o Outro” (GAY, 1995, p. 76). O amor por si mesmo é lugar comum em qualquer nacionalismo de extrema-direita, mas no caso brasileiro é necessário nos perguntarmos como os fascistas se relacionam com isto. Ao “negarem o Outro como verdadeiro humano para poder excluí-lo, causar-lhe mal, destruí-lo” (HÉRITIER, 2000, p. 25), estes sujeitos buscam representar sua nação excluindo dela os que consideram seus antagonistas.

Devemos ressaltar que a busca dos fascistas por representar a nação passa por “uma violenta, xenófoba e elitista exclusão dos antípodas de seus respectivos projetos de Estado, fundamentados em visões organicistas de ordenamento social” (BARBOSA, 2015, p. 21). Vejamos como exemplo disto a música “Nutrindo raiva, causando dor”, da banda porto-alegrense Comando Blindado: “Não perca tempo esperando seu tempo chegar/Arme-se até os dentes e vá pro *front* lutar/Jogue fora os sentimentos de compaixão e amor/Uma luta só se vence nutrindo a raiva, causando a dor”. Causar dor a quem? Deixemos que a própria banda responda: “O inimigo está perto, está controlando você/Invade sua mente através do jornal e TV/São os malditos judeus que tem o controle das massas/Que dominam a mídia e promovem tanta desgraça” (COMANDO BLINDADO, 2006).

O ódio aos judeus, como sabemos, é típico do ideário nazista. A banda também recorre à simbologia militarista do nazismo, evocando termos como “*front*” e “luta”. A própria capa do álbum é ilustrada por soldados e bandeiras nazistas. Odiar os judeus seria, portanto, uma forma de combatê-los mais efetivamente. O discurso dialoga com o desenvolvimento de um “nós-ideal” alemão que desenhava a perseguição aos judeus no Terceiro Reich, por meio da qual a nação se consolidaria uniforme e

homogênea (ELIAS, 1997). Precisamos também lembrar que a perseguição aos judeus na Alemanha nazista afetou majoritariamente os estrangeiros, especialmente os eslavos (ARENDR, 1999).

A banda Brigada NS – que como já destacamos ataca nordestinos e negros em suas músicas – também não poupa os judeus. Percebemos isso em músicas como “Fé hitlerista”: “Pense bem, irmão branco/Esta é a nossa nação/Está infectada por hebreus/Não queremos esta invasão” (BRIGADA NS, 2001). Para a banda, os hebreus, como diz a letra, infecta a nação. Aquilo que infecta é algo que deve ser combatido. Logo, é explícita a relação que a banda faz entre proteger a nação atacando os judeus. O nacionalismo, para os fascismos, “é histórico, porquanto constitui a profunda essência, a razão e a explicação da história de cada povo” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 154); conseqüentemente, dela devem ser excluídos os sujeitos que são apresentados como dissonantes.

Os imigrantes são costumeiramente tratados como estes elementos dissonantes, que ameaçam a homogeneidade cultural e, em certos casos, racial. Vejamos o que diz a música “Imigrantes ilegais”, da Anti Narcose: “Abandonam teus países/E invadem nossa Nação/Trazendo em vossas bagagens/Máfias e redes de prostituição”. O imigrante como invasor é lugar comum nos discursos fascistas, assim como a associação destes com comportamentos moralmente reprováveis ou mesmo criminosos. Isto é reforçado na mesma música, quando a banda diz: “Muitos vivem de contrabando ou trabalham por salário de fome/Invadem nossas cidades, as super lotando as deixando mais pobres”. Portanto, o imigrante, além de ser notado como um “corpo estranho”, é diretamente tratado como responsável pela decadência social. No refrão, ouvimos: “Imigrantes Ilegais, saiam de nossa nação/Imigrantes Ilegais, não aceitaremos essa invasão” (ANTI NARCOSE, 2003).

Neste ponto, devemos nos perguntar: o que são imigrantes ilegais no contexto brasileiro? Via de regra, as pessoas nestas condições são as mais pobres. Quando a banda acima citada se refere à nação como “nossa”, ela e seus pares se apropriam de sua representação. Quando cantam sobre a “invasão” de imigrantes, a representação da ideia de nação é dupla: primeiro, como pertencente aos compositores e os simpatizantes da mesma causa; segundo, como sendo um lugar dentro do qual não há espaço para o “Outro”. Portanto, devemos salientar que

mito e invenção são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas, ao se definirem hoje por etnia, religião ou fronteiras nacionais passadas ou presentes, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável, dizendo: “somos melhores do que os Outros” (HOBSBAWM, 1992, p.19).

Esta é a pedra fundamental do nacionalismo evocado por grupos fascistas ontem e hoje. E ela é circunscrita por discursos étnicos, linguísticos, raciais, históricos e identitários dentre outros, mas também por visões específicas sobre o funcionamento do tecido social a ser resguardado pela nação. Por se tratar de uma visão de mundo conservadora, o fascismo tradicional rejeita comportamentos que comprometam uma determinada ordem social, organizada segundo princípios que teriam sido arruinados pela modernidade, como as relações sexuais (TEIXEIRA DA SILVA, 2004). Assim, os fascismos são dotados de uma virulenta homofobia.

Um exemplo disto pode ser verificado na música “Esquadrão antigay”, da banda Defesa Armada: “Esquadrão antigay pra metralhar/Esquadrão antigay da repressão/Esquadrão antigay vai te curar/Esquadrão antigay é a solução” (DEFESA ARMADA, 1995). Fica evidente que as pessoas que não seguem uma normatividade sexual ou de gênero são inimigos para a banda. A estes sujeitos a banda

ameaça com violência física, o que não se distingue da violência apregoada pelos nazistas contra homossexuais nos campos de extermínio, tampouco da mesma violência defendida por setores da sociedade que não se nomeiam como fascistas. Esta talvez seja uma das facetas mais perigosas do rock fascista: diminuir a distância entre o radicalismo e o pensamento de direita tido como mais “moderado”.

O “Outro” para os fascistas pode também ser um inimigo político. A música “Resistência”, da banda Zurzir (Rio Grande do Sul), de 2001, é um ilustrativo disto: “Com toda força estamos contra o domínio vermelho/Contra a praga comunista e seus malditos herdeiros”. A letra é uma evidência do histórico anticomunismo fascista. O fascismo surge como uma reação à realidade imposta pela revolução bolchevique na Rússia, se posicionando como movimento revolucionário, mas de tipo conservador – o que por si só é uma das muitas contradições dos fascismos (PAXTON, 2007). A banda alude ainda ao nacionalismo como forma de combater o comunismo, ao dizer: “Sem foice sem martelo/Sempre verde e amarelo/Brasil, és tu Guerreiro/Jovem, forte e viril” (ZURZIR, 2001).

Todas as bandas por nós analisadas fazem referência ao anticomunismo. Contudo, vamos destacar a música “Volta C.C.C.”, da Comando Blindado, na qual ouvimos: “Partido da moda, showmício e bandeirinha/Discurso da vitória, maldita estrelinha/Ilusão massiva de um povo sem memória/Amarga e passa fome por mais essa derrota” (COMANDO BLINDADO, 2006). A sigla C.C.C se refere ao Comando de Caça aos Comunistas, organização civil que, no contexto da ditadura militar brasileira, perseguia inimigos do Estado mesmo que estes não fossem de fato comunistas. E mesmo que a música não deixe explícito, podemos supor que “partido da moda” e “maldita estrelinha” certamente são alusões ao Partido dos Trabalhadores (PT): Luís Inácio Lula da Silva havia iniciado seu primeiro mandato como presidente três anos antes da música ser lançada.

Preferimos destacar esta música porque ela corrobora nossa hipótese de que o rock fascista pode diminuir as barreiras entre o radicalismo fascista e grupos de direita não identificados abertamente com os fascismos. Nos dois lados do espectro da direita, os ressentimentos contra o PT são vívidos, assim como uma aberta rejeição a partidos, representantes políticos e movimentos sociais de esquerda. Também nos dois casos, o anticomunismo está presente mesmo que as expressões de ódio aberto possam variar. O desejo pela volta do C.C.C. pode não se tratar de uma exclusividade dos sujeitos declaradamente fascistas. Por isso, devemos nos perguntar se esta aparentemente concreta separação entre fascismo e direita convencional já não se encontra em um estado de profunda sensibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem existido no Brasil uma forte tendência a atribuir a perfis políticos autoritários, seja do chefe de família ao chefe de Estado, o rótulo de fascista. O termo se tornou sinônimo de opressão, de restrição de direitos, da imposição por meio da violência. Embora os fascismos incorporem todas essas características, quando passamos a utilizar o termo como um adjetivo, desconsiderando sua complexa conceituação, acabamos por esquecer o que de fato ele é. Isto pode levar a uma perigosa banalização. Adjetivos considerados pejorativos são frequentemente apropriados por movimentos sociais que lhes dão novo significado, subvertendo seu conceito e se orgulhando de assim serem denominados. Logo, chamar toda a direita de fascista pode levar muitos de seus agentes a abraçarem a ideia, mesmo que não sejam de fato fascistas.

Os movimentos neofascistas brasileiros estão longe de se configurarem em uma ameaça política institucional efetiva? Seus limites, fundamentalmente sua forte radicalização, mais espanta possíveis adeptos do que os atrai, pois a simbologia fascista, seja do integralismo ou do nazismo, é fortemente marcada pela violência banalizada e o totalitarismo? Quando nos voltamos ao rock fascista observamos um instrumento com potencial assustador. Seus discursos musicados, permeados por um tipo de música amplamente aceita entre os jovens, pode instigar a aparência de subversão que os fascismos julgam ter por serem marginalizados socialmente. As direitas vivem um momento no qual se sentem orgulhosas de si; as músicas aqui analisadas – e muitas outras – instigam isso em um ponto mais extremo do espectro.

Isto passa por uma adequação de seus discursos ao presente, o que o rock fascista ajuda em muito a fazer. Quando tratam de temas como os direitos humanos, a identidade e o ódio aos chamados antípodas da nação estimulam uma aproximação com temas debatidos e criticados por outros setores da direita, mesmo que de forma mais amena. Por outro lado, é necessário destacarmos que a violência aos “inimigos da nação”, responsabilizados por corroer os sustentáculos morais e os valores da sociedade brasileira (homossexuais, progressistas, defensores dos direitos humanos, imigrantes, entre outros), por vezes é compartilhada. O desejo de revanche contra estes indivíduos, que de alguma forma ganharam considerável espaço no Brasil, também. Muitas partes da direita e os fascistas compartilham a ideia de que foram derrotados pelo “politicamente correto”, pela democracia e pela esquerda, reagindo com violência verbal e, de quando em vez, também física. Quando não, dão aval ao Estado e ao seu aparato legal para fazê-lo.

Existe nesse processo uma série de rupturas e continuidades em relação aos fascismos do passado, sobretudo quando buscam representar a nação e um ideal de nação. Os integralistas, por exemplo, incluem em seu arsenal de inimigos setores e personagens da sociedade que não eram evidentemente destacados pela AIB no passado. Afinal, os fascistas que aderem a essa linha não estão mais nos anos 1930 e precisam estabelecer novos inimigos para se manterem ativos. Todos eles serão indivíduos não encaixados nos padrões tradicionais da nação por eles desejada, padrões elevados pelos valores e pela moral religiosa e social enraizada historicamente. Entre os nazistas, existe a necessidade de rever a ideia de nação e identidade, afinando (ou tentando afinar) sua forma a ponto de se encaixar no modelo nazista alemão. Em momentos de crise, de perda das referências políticas e de medo da violência – como o que vivemos atualmente –, a identidade local ou nacional surge como mecanismo de defesa, por mais frágil que seja.

Os fascistas brasileiros duelam, dessa forma, pelo perfil de nação que deve se concretizar. Isso nos leva a perceber uma singularidade destes movimentos: a heterogeneidade. Integralistas e nazistas possuem inimigos em comum, mas formas de operar e visões diferentes sobre o futuro. Também possuem inimigos específicos, os quais não compartilham. O nacionalismo regionalista de alguns não se soma à ideia de Estado integral, embutida em algumas ideologias fascistas. Não significa, portanto, que os fascistas brasileiros defendem sempre um mesmo norte, uma mesma ideia de como representar a nação. O fato de o Brasil ser tão fragmentado em sua composição histórica é um dos motivadores dessa singularidade. Ao contrário de outros países, sua formação histórica, geográfica, regional e racial viabilizou diferentes formas de fascismos e de lidar com eles.

Também por isso os discursos entre as direitas mais “moderadas” e os fascistas acabem se aproximando, pois entre as ideias fascistas de nação existentes no Brasil há um considerável número de diferenças. Estando todos à direita, mesmo que em pontas diferentes, é provável que haja mais semelhanças do que diferenças entre suas perspectivas – distintas em sua escala de aceitação. É nesse intermédio que reside o perigo que buscamos aqui evidenciar. Sem contar que para boa parte da direita é historicamente mais interessante a presença de discursos reacionários do que a esquerda progressista ganhando espaço, o que também cria uma aproximação. O ressentimento quanto à força adquirida por movimentos identitários (de raça, sexo-gênero e regionalismo), também. Idem sobre os defensores dos direitos humanos.

A direita brasileira é muito vasta e complexa. Ela não é um corpo fascista completo, como muitos podem julgar; também não é uma forma de liberalismo, conservadorismo ou social-democracia. Além disso, seus setores liberais, conservadores, social-democratas, entre outros, também são particularmente complexos e possuem nuances causadas pelos processos históricos nacionais. Por esse motivo é possível que fragmentos mais aceitáveis da direita, com mais espaço político, mais visibilidade e aceitação, acabem sendo mais ou menos radicais. Quando são mais, a aproximação com ideias fascistas é maior. Os fascistas se aproveitam, conseguem estimular sua presença num momento de ascensão das direitas e se servem disso. Por meio da música exaltam ideias políticas e regimes violentos, sustentados pelo ódio e o ressentimento, pelo medo como disfarce para a aplicação da força em busca de uma nação ideal. Não é possível que em uma sociedade tão vasta e complexa, ninguém mais fora de seus círculos compartilhem de uma simpatia por eles. Esta simpatia pode permitir uma expansão, mesmo mínima. Neste caso, o mínimo parece suficiente para causar preocupação. O nacionalismo está em alta. Portanto, é necessária atenção.

Nossa investigação revela o cerne da representação da nação brasileira por fascistas ao longo das últimas décadas: o ponto de vista antidemocrático. Seja ao atacar judeus, negros, nordestinos, imigrantes ou sexo-gênero dissidentes, as bandas de rock fascista consubstanciam o ódio contra pessoas e grupos que consideram inimigos da nação. Podemos interpretar, ao longo da nossa análise, a concepção de que estes inimigos são, para os fascistas, entraves ao desenvolvimento e responsáveis pela decadência da nação, cujas potencialidades não poderão ser exploradas com a presença deles. A faceta antidemocrática, indispensável aos fascismos de ontem e de hoje, permanece viva.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

- ANTI Narcose. Imigrantes ilegais. In: *11 de setembro*. São Paulo: Estandarte Records, 2003. Faixa 08. MP3.
- BANDEIRA DE COMBATE. Tio Sam. In: *Questão de honra*. Bahia: Ultra-Violence Records, 2001. Faixa 03. 01 MP3.
- BRIGADA NS. Fé hitlerista. In: *O retorno da velha ordem*. São Paulo: Divisão 18 Records, 2001, Faixa 01. 01 MP3.
- BRIGADA NS. Migração. In: *O Retorno da Velha Ordem*. Brasil: Divisão 18 Productions, 2001, MP3.
- BRIGADA NS. Peste negra. In: *O retorno da velha ordem*. São Paulo: D18 Recrods, 2001, Faixa 04. 01 MP3.

COMANDO BLINDADO. Nutrindo raiva, causando dor. In: *Marchando rumo à vitória*. EUA: Zyklon B Records, 2006. Faixa 07. MP3.

COMANDO BLINDADO. Volta C.C.C.. In: *Marchando rumo à vitória*. EUA: Zyklon B Records, 2006. Faixa 02. MP3.

CONFRONTO 72. Anti-antifa do Brasil. In: *Rock Anti Comunista*. São Paulo: Independente, 2013, faixa 08. MP3.

DEFESA ARMADA. Esquadrão Anti-Gay. In: *São Paulo Paulista*. São Paulo: Independente, 1995. Faixa 02. MP3.

DEFESA ARMADA. Inimigos da pátria. In: *São Paulo Paulista*. São Paulo: Independente, 1995. 1 CD. Faixa 04. 01 MP3.

LOCOMOTIVA. Sangue e raça. In: *Cavaleiro branco*. São Paulo: Red Skull Produções, 2004. Faixa 07. MP3.

ZURZIR. Resistência. In: *Resistência*. Porto Alegre: Oi! Brasil Records/Front 14 Productions. Faixa 04. MP3.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalização do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma*. São Paulo: Edunesp, 2015.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença na história. In: FERREIRA, Marieta de M., AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 219-231.

BERTONHA, João Fábio. *Integralismo: problemas, perspectivas, questões historiográficas*. Maringá: EdUEM, 2014.

BLOCH, Marc. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COPSEY, Nigel. *The British National Party and the quest for legitimacy*. London: Palgrave MacMillian, 2004.

COSTA, Márcia Regina da. *Carecas do Subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. São Paulo: Musa Editorial, 2000.

CRUZ, Natália dos Reis. *Ideias e práticas fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 04, n. 01, p. 05-22, jan./jun. 2012.

ECO, Umberto. *Cinco escritos morais*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999, p. 103-118.

- GAY, Peter. *O cultivo do ódio: experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GONÇALVES, Leandro P.; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.
- HÉRITIER, François. O eu, o outro e a intolerância. In: BARRET-DUCROCQ, François (Org.). *A intolerância*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000, p. 24-27.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nations and nationalism since 1780: Programme, myth, reality*. United Kingdom: Cambridge University Press, 1992.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LAGERLÖF, David. The rise and fall of White Power music in Sweden. In: JACKSON, Paul; SHEKHOVTSOV, Anton (Orgs.). *White Power music: scenes of extreme-right cultural resistance*. Northampton: RNM Publications, 2012, p. 35-45.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. Trad. e org. Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Alameda Editora, 2010.
- NAPOLITANO, Marcos. *História e música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- OLIVEIRA, Pedro Carvalho. *O som do ódio: uma história do rock fascista e dos neofascismos no tempo presente*. Curitiba: Editora CRV, 2018.
- PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz & Terra, 2007.
- PIEROBON, Chiara. Rechtsrock: White Power music in Germany. In: JACKSON, Paul; SHEKHOVTSOV, Anton (Orgs.). *White Power music: scenes of extreme-right cultural resistance*. Northampton: RNM Publications, 2012, p. 07-24.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- RAIMUNDO, Filipa. Partidos políticos e justiça de transição em Portugal: o caso da polícia política (1974-1976). In: PINTO, A. C.; MARTINHO, F. C. P. (Orgs.). *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 75-126.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.
- SOARES DO BEM, A. A insustentável identidade dos Skinheads tropicais: uma abordagem sociológica. In: BRITO, A. M. B et al. (Orgs.). *Educação e identidade negra*. Maceió: Edufal, 2005, p. 100-115.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. Revoluções conservadoras, terror e fundamentalismo: regressões do indivíduo na modernidade. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Org.). *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004, p. 123-146.